CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 0958/86 (DREB n° 3927/85)

INTERESSADA: Eloíza de Barros Ferreira Lorenzoni

ASSUNTO: Revalidação de diploma para lecionar no Estado de São Paulo

RELATOR: Conselheiro FRANCISCO APARECIDO CORDÃO

PARECER CEE N° 104 /87 - CONSELHO PLENO - APROVADO EM 28/01/87

1 - HISTÓRICO

1. Eloíza de Barros Ferreira Lorenzoni, RG 17.503.873, residente em Lins, neste Estado, requereu à D.E. de Lins a revalidação de seu diploma de professor de la. a 6a. série do ensino de 1° grau, na Arca de Ciências, outorgado pelo Colégio Estadual "Nilo Peçanha", de Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro, para lecionar no Estado de São Paulo (fls.04).
2. A D.E. de Lins encaminhou o expediente à DRE de Bauru que, considerando o Parecer CEE 1135/85, solicitou à CEI providências junto à Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, no sentido de se verificar a autenticidade e a validade do referido diploma (fls.03).
3. Os autos foram submetidos ao Gabinete do Sr. Secretário da Educação, que solicitou, nas datas de 6.11.85 e 6.05.86, à Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, a conferência do referido documento (fls.12 e 13), tendo recebido, em 22.05.86, ofício da Coordenação de Supervisão Educacional, da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, atestando a autenticidade do referido diploma (fls. 14 e 15).
4. A CEI, às fls. 16 a 19, analisando os autos com base em vários documentos legais, mencionou o artigo 30, parágrafo 1°, da Lei Federal n° 5.692/71, que prevê a formação mínima para o exercício do magistério de la. a 6a. série do ensino de 1° grau; bem como o artigo 16, da mesma Lei Federal, e o Parecer CEE 1305/72, que dão validade nacional ao diploma da interessada, visto que o mesmo está registrado no Órgão Próprio do MEC-Ministério da Educação.

5. A CEI, entretanto, considerando a Deliberação CEE 21/76, principalmente em seus artigos 1º, 2º e 10, e que, neste Estado de São Paulo, "a habilitação de 2º grau faculta o exercício do magistério até a 4a. série do 1º grau" e "a formação de professores para o magistério, a partir da 5a. série do 1º grau, é feita no ensino superior, atuando o Professor II (com habilitação obtida em curso de graduação correspondente à licenciatura curta) no ensino de 1º grau e o Professor III(habilitação obtida em curso de graduação correspondente à licenciatura plena) no ensino de 1º e 2º graus", entendeu que não cabe a solicitada revalidação do diploma apresentado, "podendo a interessada lecionar da 1a. à 4a. série do ensino de 1º grau no Estado da São Paulo".
6. Com estas considerações, o protocolado é submetido à apreciação deste Colegado, via Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Educação.

2.- APRECIÇÃO

1. Os autos referem-se ao pedido de Eloíza de Barros Ferreira Lorenzoni de "revalidação" de diploma de professor de 1a. à 6a. série, do ensino de 1º grau, área de Ciências, expedido pelo Colégio Estadual "Nilo Peçanha", de Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro, para lecionar no Estado de São Paulo.
2. A CEI-Coordenadora de Ensino do Interior, embora considerando que o pedido da interessada não pode ser acolhido, julgou que a mesma tenha, entretanto, o direito de lecionar da 1a. à 4a. série do ensino de 1º grau no Estado de São Paulo.
3. O encaminhamento da CEI parece-nos absolutamente correto, embora tenha razão de ser a solicitação da interessada. Vejamos o que determina a Lei Federal nº 5692/71.
 - 3.1."Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:
 - a)no ensino de 1º grau, da 1a. à 4a. série, habilitação específica de 2º grau;
 - b)no ensino de 1º grau, da 1a. à 8a. série, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;

- c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena."
- 3.2. O § 1º do artigo 30 da referida Lei Federal, entretanto determina que: "os professores a que se refere a letra "a" poderão lecionar na 5a e 6a. séries do ensino do 1º grau se a sua habilitação houver sido obtida em quatro séries ou, quando em três, mediante estudos adicionais - correspondentes a um ano letivo que incluirão, quando for o caso, formação pedagógica."
- 3.3. Esta ressalva constante do § 1º acima referido, entretanto, não se aplica ao Estado de São Paulo, uma vez que o sistema estadual de ensino já definiu, através da Deliberação CEE nº 21/76, que "a Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério far-se-á, no sistema de ensino do Estado de São Paulo, em quatro anos, com o mínimo de 2.900 horas por série, além do estágio profissional supervisionado" (artigo 2º), e que os professores desta Habllitação "terão como limite superior de atuação a _4a. série do ensino de 1º grau, inclusive".
- 3.4. Quanto à validade do diploma da interessada para lecionar no Estado de São Paulo, consoante interpretação do Parecer CEE nº 1305/72, de 09/11/72, não há sombra de dúvida. Diz aquele Parecer: "O diploma de professor das 4 primeiras séries do ensino de 1º grau obtido no antigo curso normal colegial ou atual ensino de 2º grau, habilitação de magistério, terá, desde que registrado em órgão local do MEC, validade nacional, quer para prosseguimento de estudos, quer para ingresso no magistério.
4. Ademais, se o artigo 10 da Deliberação CEE nº 21/76 determina que "os portadores de diploma referente à Habilitação Específica do 2º Grau para o Magistério, obtido em cursos de três anos, (...) por provirem de outra Unidade da Federação, são considerados habilitados para o exercício do magistério das quatro primeiras séries do 1º grau, no Estado de São Paulo" com muito mais razão mantém o mesmo direito uma pessoa que participou do curso oferecido com quatro anos de duração.
5. O que não podemos admitir é a extensão desso direito para lecionar da 5a. à 6a. série, visto que, no Estado de São Paulo, essa exigência é maior - exige-se formação em nível superior.

À vista do exposto e considerando, ainda, as recentes determinações da Lei Complementar Estadual n° 444/85, somos pela seguinte conclusão:

3 - CONCLUSÃO:

A vista do exposto, nos termos deste Parecer, responde-se a Eloíza de Barros Ferreira Lorenzoni que o diploma por ela obtido junto ao Colégio Estadual "Nilo Peçanha", de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, por ter concluído, em 1977, o "Curso de Formação de Professores" é habilitação profissional suficiente para o exercício do magistério, nas quatro primeiras séries do ensino de 1° grau, no Estado de São Paulo.

CESG, em 21 de janeiro de 1987.

a) Cons^o. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO
Relator

4. DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 28 de janeiro de 1987.

a) CONS^o CELSO DE RUI BEISIEGEL
Vice-Presidente no
exercício da Presidência